



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 4

Sessão Ordinária de Dezembro

1.ª Reunião de 26-12-2005

Aos vinte seis dias do mês de Dezembro de dois mil e cinco, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no seu edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pela Presidente da Assembleia Municipal Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, secretariada pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos e pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves, e com a presença dos seguintes Vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Paulo Jorge Lopes Anes, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, João Carlos Martins Valente, Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Fernando José Florentino Marques, Joaquim Manuel da Silva Marques, Armando Manuel Dinis Vieira, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Maria Teresa Fidélis da Silva, Raúl Ventura Martins, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seíça Neves Ferreira, João António Fernandes Pedroso, Orlando Eduardo da Silva Terra Sêca, Paula Cristina Dias Urbano Antunes, Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, Carlos Manuel Bio da Maia, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Carlos Alberto dos Santos Branco, António dos Santos Costa, Jorge Manuel do Nascimento, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Carlos Eduardo Maria Martins, Carlos Mário de Magalhães Anileiro, Manuel Arede de Jesus, Arsélio Almeida Martins e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas a Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do Vogal:
Mário Manuel Borges Pereira Pinto.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, o Vice-presidente Carlos Manuel da Silva Santos e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, Marília Fernanda Correia Martins e Margarida Dias Ferreira (entrou na sala às 22:00 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário para apreciação do pedido de suspensão do mandato pelo período de 45 dias (26 Dezembro 2005 a 10 Fevereiro de 2006) do Vogal João Pedro Simões Dias, sendo substituído pelo sucedâneo na lista de candidatura, António Manuel de Carvalho Serra Granjeia.

Ainda, e nos termos do artigo 78.º, da legislação em epígrafe, a substituição nesta reunião dos vogais José da Cruz Costa, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo e António Manuel Carvalho Serra Granjeia, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Mário Manuel Borges Pereira Pinto Paula Cristina Dias Urbano Antunes e Jorge Manuel do Nascimento, respectivamente.

Também, e nos termos da legislação em vigor, a Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, João Alberto Simões Barbosa e Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, se fizeram substituir nesta reunião, por Carlos Manuel Bio da Maia e Carlos Alberto dos Santos Branco, respectivamente.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, a Presidente da Mesa deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

Depois deu conhecimento ao plenário dos nomes indicados pelos Grupos Municipais para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo e para o Conselho Municipal de Segurança de Aveiro.

A seguir a Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de Dezembro, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;

Ponto 2. – Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2006;

Ponto 3. – Operações de Crédito – rateio 2005 e financiamento complementar de projectos co-financiados pelo III Quadro Comunitário de Apoio 2005;

Ponto 4. – Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006 da Câmara Municipal de Aveiro e Serviços Municipalizados.

Ponto 5. – Síntese da actividade da Assembleia Municipal de Aveiro em 2005 (até final do mandato).

Continuando colocou à apreciação e votação do plenário as actas das reuniões anteriores nos termos que se seguem:

Acta n.º 98 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e nove votos a favor e onze abstenções.

Acta n.º 99 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor e doze abstenções.

Acta n.º 100 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor e dezasseis abstenções.

Acta n.º 01 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e três abstenções.

Acta n.º 02 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e sete votos a favor e três abstenções.

Acta n.º 03 - Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e oito votos a favor e duas abstenções.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve munícipes inscritos para intervenções.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Usaram da palavra os seguintes Vogais:

Membros da Assembleia

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD)

Vogal Miguel Fernandes (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“**«VOTO DE PESAR:** 25 Anos da morte de Adelino Amaro da Costa.

Volvidos vinte cinco anos sobre a fatídica noite de 4 de Dezembro de 1980, na qual foram ceifadas as vidas de Adelino Amaro da Costa, e do então Primeiro-Ministro Francisco Sá Carneiro, cumpre-nos, neste momento, expressar o sentimento de luto sentido e justificado, pelo desaparecimento de duas grandes figuras políticas de excepcional rectidão moral.

Na galeria da História, há nomes que não se esquecem e outros que até nos deixam eterna saudade.

Recordamos, por isso, a grande figura política de Adelino Amaro da Costa, dentro dos atributos que lhe são assinalados e pelo facto notável de nunca ter deixado de pôr a sua alta dedicação e esforço ao serviço do país e da prossecução do alto desígnio da elevação dos nobres valores da Democracia Cristã.

Adelino Amaro da Costa constituiu, acima de tudo, um exemplo excepcional de tribuno sagaz e competente no exercício do alto cargo em que foi investido como o primeiro ministro civil da Defesa desde o 25 de Abril, tendo pautado a sua conduta política pela linha da eficácia, da honra e dignidade, que constituem o timbre de qualquer político ou servidor da Nação.

Tratou-se, pois, de uma grande figura moral, porque soube personificar os predicados que formam e definem o tipo acabado do verdadeiro servidor da causa pública, isto é, a honra, a dignidade e a nobreza políticas.

O legado político de Adelino Amaro da Costa permanecerá enquanto formos capazes de o perpetuar e, enquanto assim for, continuará a irradiar vida, tenacidade e sentido de missão.

A tragédia de Camarate continuará, no entanto, a fazer parte da memória colectiva do Povo Português, não só pela perda irreparável e o vazio imenso resultantes do decesso daquelas duas figuras, mas também pela forma vergonhosa como a investigação criminal foi levada a cabo ao longo dos anos, e tão celebrizada pelas inúmeras falhas e omissões graves, que não honram e pouco dignificam a actual democracia portuguesa.

Temos para nós que a melhor homenagem que poderemos prestar à memória de Adelino Amaro da Costa, será continuarmos a trabalhar pelo progresso e pela paz desta Pátria Portuguesa que tão entranhadamente amou.

Mais uma vez o país esteve de luto e, porque assim foi, e porque subsiste um dever de ordem moral de rendermos homenagem à memória de Adelino Amaro da Costa e a Francisco Sá Carneiro.

O Grupo Parlamentar do CDS/PP ao prestar o preito muito sincero da sua profunda saudade, propõe a este colégio um voto de sentido pesar pelas suas mortes a endereçar às respectivas famílias.»

Continuava a minha intervenção, expressando desde já a nossa mais viva satisfação pelos benefícios trazidos pelo espírito de mudança que este novo executivo camarário tem vindo a desenvolver.

Em primeiro lugar, gostaríamos de destacar a actuação preocupada e competente do novo executivo, culminada na abertura da segunda via do novo túnel da Avenida Lourenço Peixinho, à circulação automóvel, nomeadamente através da montagem e instalação das divisórias e demais dispositivos de segurança que até então não existiam, e cuja ausência também só se compreenderá pela ânsia e cegueira eleitoralista do anterior executivo socialista, plasmadas na apressada inauguração marcada pelo insólito da abertura de apenas uma via de trânsito, - pasme-se, e sem terem sido ponderadas todas as condições de segurança, necessárias à sua utilização.

Idêntica saudação também me parece merecer, a conclusão de uma outra infra-estrutura rodoviária. Falamos da mega rotunda da 109, que – permita-se-nos o reparo, mais se assemelha a um monumento à EDP, mas que curiosamente o executivo socialista se encarregou de executar o mais próximo, do mais recente acto eleitoral.

Ora, se é certo que Aveiro à muito que aguardava por novos acessos alternativos entre a estrada 109 e a Avenida Lourenço Peixinho, o que esta cidade não esperava de facto, era contar com o congestionamento e a lentidão do trânsito que circula naquela via. De facto certamente, os mais atentos, já terão notado e experimentado a confusão e a pouca fluidez de trânsito diário gerado nesta rotunda, e que dia após dia tem vindo a agravar-se; mais precisamente na semana passada com o aproximar do fim de ano e do fim-de-semana do Natal.

Como é sabido, há mais de oito anos, e quando o CDS/PP regia o destino deste município, já haviam sido elaborados estudos e projectos, que comprovavam a utilidade e a adequação da construção de viadutos ao longo da 109, tornando-a numa avenida desnivelada ao invés de uma mega rotunda, que como o tempo se encarregará de demonstrar, dentro em breve, se esgotará pela sua insuficiência estrutural, obrigando esta câmara num futuro próximo a realizar um novo investimento público e a afectar os seus escassos recursos financeiros a uma nova obra, com todos os custos e delongas já de todos conhecidos.

A propósito ainda de infra-estruturas rodoviárias, congratulamo-nos pela tão aguardada abertura do viaduto de Esgueira, acompanhada da retirada das barreiras que há a mais de dois anos ali se mantinham, para receio daqueles que ali circulavam, e sem a certeza de condições mínimas de segurança, bem como, - para desprimor da cidade, e dos seus habitantes e visitantes, que durante todo este período de tempo viram uma das principais entradas da cidade, ser abandonada e tão mal conservada pelo anterior executivo socialista.

Uma última palavra para concluir, e para louvar ao trabalho desenvolvido pelo espírito de abertura e renovação, promovidos pela vereação responsáveis pelo pelouro da cultura, patenteados pela programação que foi apresentada pelo Teatro Aveirense, destinado ao enobrecimento da mais emblemática sala de espectáculos desta cidade, bem com o feliz exemplo da mais recente parceria que foi firmada com a Banda Amizade, que permitirá a esta colectividade realizar uma série de concertos nos próximos meses. Tudo isto em prole da defesa e da conservação da cultura de Aveiro.”

Vogal Carlos Bio Maia (PS)

▲

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal Orlando Terra Seca (PS)

Presidente da Mesa

Vogal Raúl Ventura Martins (PS)

Vogal Arsélio Martins (BE)

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD)

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“O Sr. Presidente da Câmara, Dr. Élio Maia, tem-nos vindo a surpreender (e não pelas melhores razões) pela forma como vem a exercer o mandato que por vontade popular lhe foi atribuído.

Em primeiro lugar, pelo quase total silêncio que tem mantido para com os órgãos de informação, cujo louvável afã de busca de informação para difundirem aos seus leitores a actividade do executivo cuja liderança o Dr. Élio Maia deveria, inequivocamente, assumir, lhe deveriam merecer um pouco mais de consideração e respeito. Essa busca de informação credível junto das fontes deveria ser minimamente compensada e os media deveriam estar capacitados para poderem transmitir a todos os munícipes a tranquilidade que a sensação de transparência no exercício do poder autárquico sempre traz.

Embora não concordemos com este tipo de actuação, a menos que haja alguma coisa, que não visualizamos, a esconder, reconhecemos que o Dr. Élio Maia tem o direito de o fazer porque pode estar escaldado com as declarações de alguns dos seus Vereadores, que cegos pelas luzes da ribalta de um palco que nunca pensaram pisar se têm desdobrado em declarações que mais não têm servido que para demonstrar que não estão minimamente preparados para o exercício do cargo que ocupam e se esteja a prevenir para não cair em situações similares.

Consideramos que o Dr. Élio Maia não pode ter é a forma de actuação ausente como tem exercido o seu mandato, que traduz no nosso entender uma displicência (ou arrogância) de que nunca imaginámos fosse adepto.

O Dr. Élio Maia, foi no mandato anterior o membro da AM por inerência do seu cargo de Presidente de Junta, que mais faltou, tendo-se feito representar na quase totalidade das reuniões em que teria a obrigação de estar presente. Esperemos que agora como Presidente da Câmara não pense continuar com este tipo de actuação.

De facto e como sabe, um dos seus deveres legais decorrentes do Estatuto dos Eleitos Locais de que deve ser o primeiro a exigir o cumprimento é “Participar nas reuniões ordinárias e extraordinárias dos órgãos autárquicos”. Assim sendo, não se compreende que para além de remeter para os vereadores grande parte da intervenção que lhe competiria, tenha faltado à última reunião ordinária da Câmara e em especial tenha faltado à reunião extraordinária de 14 de Dezembro, onde foram apresentadas, discutidas e aprovadas, as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2006 da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Aveiro (a acta n.º 46 dessa reunião refere no seu cabeçalho 2005, mas eu acho que queriam dizer 2006).

É um comportamento inadmissível face à importância dos assuntos que aí foram apresentados e discutidos, que nos faz inclusivamente esquecer a ilegitimidade da sua apresentação, discussão e aprovação nessa memorável reunião. Nenhum Presidente de Câmara pode, a meu ver, deixar de estar presente na apresentação dos documentos que balizam a estratégia que o seu executivo traçou para o Município. A menos que não tenha estratégia (o que me parece mais consonante com os documentos aprovados) ou que a estratégia apresentada não reflecta os seus pontos de vista e tenha sido vencido pela vontade maioritária dos vereadores que o apoiam.

Sr. Presidente da Câmara, para o bem e para o mal o Sr. foi eleito para liderar o município nos próximos quatro anos e a menos que queira ficar na história sob o cognome de “o ausente” não poderia ter deixado de ir a uma reunião extraordinária de aprovação das GOPs e Orçamentos da Câmara e Serviços Municipalizados senão por uma forte razão de força maior e não, como me dizem e espero que desminta, para receber os Órgãos Sociais do

Galitos, respeitadíssima colectividade aveirense que merece a maior consideração e respeito, que certamente compreenderiam o adiamento da sua reunião.

O Sr. Presidente tem, por todas as razões, de rapidamente alterar esta sua forma de estar, esta sua surpreendente libertação pela ausência das suas responsabilidades. Se tal não acontecer, informamos que não estaremos disponíveis para avalizar essa estranha forma de estar na política e de exercer o mandato que a população com o seu voto lhe outorgou. E utilizaremos todos os meios à nossa disposição de forma a publicamente expressarmos a nossa mais veemente indignação.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

Vogal Carlos Candal (PS)

Vogal António Regala (PCP)

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD)

B

Vogal João Rocha de Almeida (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Gostava de dizer que é natural que hajam outras situações de abastardamento dos votos e talvez no decorrer das nossas sessões e das nossas discussões aqui, talvez poderemos enfrentarmo-nos com situações que podemos concluir que efectivamente os Partidos têm obrigação de não deixar de abastardar tanto o voto dos cidadãos.

Se o Senhor Deputado Dr. Raúl Martins me permitisse eu queria-lhe dizer que já tinha ouvido, e todos nós sabemos que às vezes o silêncio fala! Desta vez as ausências também estão presentes. Nunca as ausências têm estado tão presentes e nunca se tem falado tanto delas. Como disse, também penso que no futuro nós poderemos verificar que muitas das vezes não é quem está presente, que não está ausente, porque esteve ausente nas boas e grandes decisões do futuro para Aveiro. Julgo que as ausências do Senhor Presidente da Câmara (depois ele irá falar), eu não tenho o seu voto de representação nem de defesa e ele irá justificar e explicar à Assembleia o motivo pelo que não esteve presente.

E então faria a minha intervenção para a qual me inscrevi.

Penso não ser polémico ao trazer a esta Assembleia um termo, que julgo traz tanto quanto a mim, como a todos os senhores deputados algo penalizados e com algum desconforto perante a realidade dos factos. Refiro-me concretamente ao abandono, para não dizer “debandada geral” dos senhores vereadores eleitos pelo Partido Socialista à Câmara Municipal.

Seis elementos eleitos, dos quais se destaca logicamente o Sr. Dr. Alberto Souto, ou pediram a suspensão ou renunciaram ao cargo para que foram eleitos!

Convirá, Senhora Presidente e Senhores Deputados, referir que em meu entender a essência e as características daquela lista está, com a saída dos seus principais mentores, descaracterizada. Era imprescindível, era bom, quem de todos tinha os maiores conhecimentos e preparação para exercer o cargo de vereação não se tivesse ausentado.

Afinal, optaram pelo abandono não só do executivo, mas também de todos aqueles que acreditando neles, e esperando deles neles votaram. E que, fosse qual fosse o resultado, jamais deixariam de assumir na plenitude os compromissos assumidos com a sua candidatura.

Não cometeremos a injúria de pensar que o seu gesto é um acto de amuo ou de aborrecimento caprichoso pelo facto da população ter optado por outra solução política e não ter dado a vitória à lista presidida pelo Sr. Dr. Alberto Souto.

Mas a sua indisponibilidade para assumir o lugar para que foram eleitos, deixam-nos com algumas questões em aberto. Não está em causa como entenderão a qualidade e o mérito dos senhores vereadores que os substituem, mas teremos que convir que passados dois meses as substituições sejam nesta ordem de grandeza e nesta desconformidade. Não há solução, mas

há da parte daqueles senhores vereadores alguma falta de consideração para com a sua população eleitora e para com o Concelho, em geral.

A oposição faz-se nos sítios próprios. E quem for eleito para ser oposição tem o dever de a fazer com dignidade e responsabilidade. Primeiro no sítio próprio que são as instituições para as quais foram eleitos e depois ou simultaneamente, fazendo-o por outros meios, em outros lugares, onde entenderem por bem que o façam.

O PSD sempre assumiu em Aveiro uma posição de respeito e de dignidade, perante os executivos e os cidadãos. Ocupou sempre os lugares com um alto sentido de responsabilidade nos actos eleitorais sucessivos que lhe foram atribuídos pelos aveirenses. Sempre contribuiu para a dignificação das instituições e participou empenhadamente nos órgãos autárquicos. Oposição é isso mesmo: participar, discordar, concordar, com sensatez e sentido de responsabilidade. No último mandato os vossos representantes empenharam-se e participaram com sentido crítico e positivo na vida municipal; foram úteis ao concelho e ao executivo do Dr. Alberto Souto porque fizeram da oposição um lugar digno e importante, e tal como o Sr. Dr. Alberto Souto teve muito a ganhar com a presença do Dr. Joaquim Marques, o Eng. Ângelo Pires ou o Senhor Domingos Cerqueira, tenho por certo que o actual executivo teria também gosto em ter como líder da oposição uma pessoa que com a sua acção, com a sua presença, a sua prática e conhecimento adquirido ao longo de oito anos, saberia criticar quando fosse de criticar, apoiar quando fosse de apoiar, de entender quando fosse de entender, e propor acções tendentes a levar por diante este concelho que todos estimamos.

O Sr. Dr. Alberto Souto e outros assim não o quiseram ou não entenderam — e eu quero deixar aqui hoje registado que para mim, foi uma pena.”

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

Vogal Carlos Candal (PS)

Presidente da Mesa

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Em relação à questão colocada pelo Dr. Carlos Candal não vou espetar a faca nem no princípio nem no fim. Só para dizer que tive uma experiência muito rica ao conhecer e ao contactar e ao estreitar o meu relacionamento com a Dr.^a Regina Bastos pela sua competência, pelos seus méritos. É de braços abertos que eu pessoalmente a recebo — e penso que os aveirenses a recebem.

Em relação ao deputado João Carlos Valente e em referência à Grande Área Metropolitana de Aveiro, houve já uma reunião com os Presidentes de Câmara. Como sabe há uma indefinição grande quanto ao futuro destas Grandes Áreas Metropolitanas. Na reunião que tivemos, decidimos a continuação dos responsáveis que estavam na GAMA. Decidimos também aguardar a clarificação que se espera em relação a esta área, a este tema, além também de termos mandatado esses responsáveis para procurarem de alguma forma, naquilo que lhe for possível, acelerar essa clarificação.

Em referência a Sr. Carlos Bio. Registámos as três preocupações que nos trouxe ao nível do sossego, da prostituição e da segurança. E agradecemos também essa colaboração que nos trouxe aqui a esta Assembleia.

Em relação ao Dr. Joaquim Marques, em relação às operações de stop. Como sabe, é uma relação que de alguma forma nos escapa, mas vamos procurar averiguar aquilo que se passa.

Ao Dr. Pires da Rosa, só um ligeiro esclarecimento: quando diz que a Câmara não gastou um tostão na rotunda da policlínica, é verdade; a Câmara não gastou um tostão. Mas também é verdade que a Câmara vai pagar aquela obra, através da permuta de terrenos pela obra que foi realizada.

Quanto ao Sr. Orlando Terra Sêca, os assuntos que colocou inserem-se no âmbito das GOP's e portanto nós iremos retomá-los com todo o gosto e conversarmos um pouco sobre esses assuntos.

Dr. Arsélio Martins, queria agradecer-lhe a reflexão que trouxe em relação a questões concretas do nosso Concelho e saudar também outra forma de ver que está cá, conforme foi dito.

Ao Sr. Armando Vieira, também agradecer a saudação especial que teve conosco e a reafirmação pública que fez dessa colaboração estreita, que se pretende no futuro.

Ao Dr. Raúl Martins, quanto às faltas às reuniões. Eu estive e estou em todas as reuniões em que posso estar. Em todas. Como sabe aquela reunião naquela quarta-feira foi uma reunião extraordinária. Eu tinha já compromissos assumidos e foi-me impossível estar nessa reunião. Mas é bom dizer uma ou duas coisas em complemento: primeiro, estive como é legalmente definido muitíssimo bem representado pelo Vice-presidente da Câmara nessa reunião. E também referir um aspecto que é importante e que tem a ver com o respeito democrático que nós temos. Na terça-feira, ou seja, no dia anterior a essa reunião, à aprovação desse documento, nós (o Presidente da Câmara e os quatro Vereadores que exercem funções a tempo inteiro na Câmara) reuniram-se com todos os Partidos Políticos com assento aqui na Assembleia Municipal e estivemos os cinco a conversar com todos os Partidos. Portanto, não é nenhuma falta de respeito que houve em relação a isso.

Quanto à ausência, à displicência e à arrogância como aqui nos foi dito. Não é fácil! Aquele que falou está cego pelas luzes da ribalta. É sempre difícil falar ou estar calado. Dá sempre uma análise que é de acordo com as circunstâncias.

Está aqui a Assembleia e eu aproveito este momento e os senhores jornalistas por quem eu tenho muito respeito (já sabem disso), porque eu disse a diversos jornalistas o que se passa, na questão de respeito institucional que tenho pela Assembleia Municipal.

Acerca de um mês, mês e meio, eu disse aos senhores jornalistas que por uma questão de respeito à Assembleia não falaria com eles enquanto não se realizasse esta Assembleia.

Concluída a Assembleia, terei todo o prazer e todo o gosto em falar com os jornalistas. Não me parecia muito cordial é que os membros da Assembleia viessem já para aqui, tendo lido no jornal aquilo que eu entendo ou que acho em relação aos assuntos. Portanto, o que está aqui em causa é esta questão, é de no sítio próprio, como aqui foi dito, colocar as questões e a partir daqui já sabem que logo que acabe esta reunião estaremos ao dispor para prestar todos os esclarecimentos como é nosso dever.

Em relação à EMA. O processo está encerrado da nossa parte. Foi rescindido o contrato que existia com a pessoa em causa.

Quanto ao Executivo camarário e às representações é a tal situação. Estamos em tudo ou estou em tudo o que é humanamente possível. Só vos pedimos para não nos exigirem mais do que aquilo que a nossa condição humana pode permitir. Mas estaremos em tudo aquilo que podermos estar.

Quanto às nomeações para as empresas municipais. Sr. António Regala permita-me isto: comete algum deslize quando diz que as nomeações não foram pela competência das pessoas. Eu não sei se nós temos competência para avaliar a competência dos outros. Eu não tenho competência para avaliar a sua competência em avaliar a competência dos outros e por isso não a ponho em causa. Agora, o que eu tenho a certeza e naturalmente poderemos estar enganados com esta falibilidade que nós temos nestas decisões é que, as pessoas que

escolhemos, com toda a subjectividade que isto tem, mas foi na plena convicção que na nossa perspectiva eram as pessoas mais competentes.

Em relação ao Sr. Evangelista Rocha de Almeida, obrigado também pelas palavras e pela reflexão que produziu.”

Vice-Presidente da Câmara

“Complementando o Sr. Presidente e algumas questões que foram levantadas pelos senhores deputados eu começarei talvez pelo fim, com as questões relacionadas com os passeios na zona de Santiago, no Bairro de Santiago, também na Avenida Araújo e Silva. O Departamento de Serviços Urbanos está a trabalhar e vai procurar dar resposta a estas solicitações.

Também em relação à questão que o Sr. Carlos Bio levantou, da falta de segurança ali na feira das velharias. Eu realmente também já verifiquei que há ali zonas de possíveis conflitos. Vamos estar atentos e vou mandar o Departamento de Feiras que se preocupe com essa questão.

Em relação ao problema dos túneis: o túnel de Esgueira e o túnel da Estação. Nós estávamos profundamente preocupados com os acessos a Esgueira. Estávamos preocupados porque aquela situação que se vivia e que todos nós bem conhecemos, porque percorremos muitas vezes. Aquela situação no túnel de Esgueira estava francamente má. O equipamento que lá estava, a via interrompida e em bifurcação, que deu origem ali até a dois ou três acidentes, e portanto, eu gostaria de dizer aqui o seguinte: o túnel da Esgueira não esteve fechado uma semana, esteve unicamente fechado três dias. Portanto, a empreitada foi recomeçada e as obras que há a fazer no tabuleiro não justificam que houvesse aquele aparato.

Também em relação ao túnel da Estação, abrimos o acesso a quem vem da 109. O separador, isto já é do tempo do Dr. Alberto Souto, o separador que lá estava não mereceu o acordo quer da câmara, quer da REFER. O separador que lá estava anteriormente na parte mais baixa do túnel, que é a parte mais complicada e portanto, a solução que agora se encontrou (que é aquela situação em cimento) a mim também não me agrada (também em termos estéticos), mas devo dizer que mereceu o acordo quer dos técnicos da Câmara, quer dos técnicos da REFER. Porque aquele separador que lá está tem essa explicação simples.

O Deputado João Carlos Valente falou no problema da sinalização do túnel de Esgueira. Aquela empreitada não está terminada, está a ser desenvolvida ainda. Eu só disse é que se não justificava estar o aparato que lá estava. Tudo isso vai ser corrigido e sê-lo-á brevemente.”

Vereador Miguel Capão Filipe

“Em relação às questões aqui colocadas, o trânsito caótico na Beira-mar; eu penso que o ano 2006 poderá revelar-se decisivo no que diz respeito à implementação do trânsito reservado a moradores na zona histórica protegida da Beira-mar.

No que diz respeito às preocupações do Dr. Nascimento, no facto de se ter falado nos últimos anos na restrição para peões, ao “Park and Ride” e de repente ter ocorrido o túnel.

A palavra “basta” provavelmente deveria ter sido motivo de reflexão antes da questão de adjudicar ou não por um milhão de contos o túnel da Estação. Ou por uma questão de custo/oportunidade o que é que se poderia ter feito neste município em igual valor.

No entanto, verificado o seu uso, teremos que nos adaptar a essa nova realidade que carecerá de estudos e de reflexão. Mas julgamos sobretudo que a mobilidade do centro da cidade tem de ser de facto condicionada. E fazer uso cada vez mais para peões e menos no que diz respeito a automóveis.

Falou-se aqui também e bem, que essa mesma mobilidade deve ser transversal e usufruto de todos os cidadãos, incluindo os cidadãos com deficiência. Faremos questão de termos uma cidade sem barreiras arquitectónicas no que diz respeito à mobilidade.

A propósito da nova entrada na Assembleia Municipal, isto é um edifício como sabem da Cultura, com a sua cota parte responsável pela nova entrada da Assembleia Municipal, julgo que a entrada anterior não tinha a dignidade dos “passos perdidos”. Eu penso que aqui o nosso parlamento não são os passos perdidos, são os passos achados, mas para um edifício dos nossos passos achados ou do parlamento aveirense, estávamos a entrar por uma entrada de retaguarda, pela porta de menor dignidade, e achei eu que deveria ser aberto o edifício e o munícipe e cidadão ao passar aqui na sede da sua Assembleia Municipal de Aveiro, que deveria verificar o edifício aberto e com a sua melhor porta, com a porta da sala das visitas e não a porta de entrada na cozinha ou na despensa.

De qualquer modo, a mobilidade para deficientes ou para pessoas que tenham alguma limitação está salvaguardada, porque ou mandar-se-á abrir a pedido essa porta encurtando a distância ou então fazendo um circuito ligeiramente maior, mas obviamente com uso do elevador.

No que diz respeito à Cimeira do TGV. Deixe dizer que foi um exemplo em como Aveiro, a sua governação e os seus cidadãos, não podem mais ficar em silêncio perante a governação de Lisboa. Perante a cada vez mais macrocefalia do concelho de Lisboa no que ao país diz respeito.

Foi um exemplo de como deveremos fazer-nos ouvir sobretudo em determinado tipo de injustiças, como foram aquelas que foram cometidas designadamente todos os estudos e pareceres técnicos são contra as prioridades que a Administração Central de Lisboa teve. Estamos a falar não de pareceres políticos ou subjectivos, mas de pareceres técnicos. Mais por mais num período de escassez financeira. Obviamente que todos os estudos técnicos referem que em vez de colocar em primeiro lugar o aeroporto da Ota e a linha Porto/Lisboa, deveriam ser sedimentado a linha em TGV Lisboa/Madrid, mas e sobretudo dar grande prioridade a ligação às auto-estradas marítimas, o Porto e Aveiro e o Porto de Sines são referência. Deveria ser dada prioridade a um pequeno troço que seria concelho do Porto a Aveiro e posteriormente Aveiro/Vilar Formoso e centro da Europa, não em alta velocidade, mas em velocidade elevada e de bitola europeia.

E se estivéssemos a falar em economia reprodutiva depois sim poderia levar aos acabamentos secundários. Se estivermos a falar em ao fazer-se esses estudos eles não serem escondidos da opinião pública ou não se guardarem em gavetas. Se estivéssemos a falar em verdadeiras prioridades nacionais, transpartidárias, dito a célebre frase que não acontece “pacto de regime”. Basta dizer que este Governo na última cimeira deu esta priorização, três meses antes o mesmo Ministério tinha feito um comunicado à imprensa em que assumia a circunstância da Figueira da Foz. Já há um ano ocorreu a cimeira da Figueira da Foz o que mais irá acontecer a este país, quando estamos a falar de instrumentos vitais para o nosso futuro.

Sobre o Teatro Aveirense. Não houve nenhum achincalhamento. Penso que foi falado nesta linguagem. O que se passou foi que nós herdamos o fim de um período experimental. Um período experimental que tinha acontecido nos últimos meses de um mandato que levava a eleições. Tivemos que conviver com esse período de fim de período experimental e tomar decisões. Tomámos as decisões que tomámos por convenientes e adequando-se à política que pretendemos para o Teatro Aveirense e que os munícipes poderão julgar ao longo do nosso mandato. Quem melhor do que os munícipes e os aveirenses para julgarem se a nossa política foi ou não acertada. Tudo foi feito com lisura e com a cordialidade em relação às partes que estiveram inseridas nesta situação.”

Vereador Jorge Greno

“Relativamente à questão concreta das remunerações do Teatro Aveirense, em Outubro de 2005 o total das remunerações Conselho de Administração e Direcção ascendia a cerca de nove mil trezentos e cinquenta euros mensais. Em Dezembro de 2005 são quatro mil e seiscentos euros mensais.”

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara fez a seguinte apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita:

“Este é o primeiro momento em que este Executivo municipal apresenta a sua primeira Comunicação a esta Assembleia. Por isso permitam-nos que saudemos a S.^a Presidente da Mesa e cada um dos distintos Deputados, cada Presidente de Junta. Que reafirmemos aqui os votos de um trabalho aberto e profícuo e por último, que formulemos votos do Executivo de uma quadra festiva excelente e um excelente ano de 2006.

Relativamente à Comunicação, permitam-me que em termos de enquadramento possamos aqui relevar três ou quatro aspectos, três ou quatro dificuldades que de alguma forma tipificam ou caracterizam aquilo que foi esta vivência que tivemos durante este mês e meio de gestão na Câmara a que o relatório se reporta.

Em relação a essas dificuldades, a primeira dificuldade que tivemos foi uma dificuldade óbvia, natural, foi o conhecimento da Câmara, da sua estrutura, dos seus serviços, das suas empresas. Tínhamos um conhecimento superficial, pela rama, da Câmara e naturalmente não é fácil.

Assim como não é fácil para quem entra também não é fácil para quem nos recebeu. E aqui quero relevar e destacar o profissionalismo de que deram provas e a disponibilidade e a atenção que nos têm dispensado todos os funcionários.

Este conhecimento da Câmara é um processo que não está concluído. Há muito caminho a percorrer, há muito caminho a ser feito por todos e naturalmente acreditamos que a curto prazo ele se possa concretizar.

A segunda dificuldade que encontramos tem a ver com aquilo que nos é referido pelos próprios envolvidos, de uma grande dificuldade que sentiam (e isto é espelhado por muitos cidadãos que nos contactam, muitas empresas), pela dificuldade que sentiam em contactar, em dialogar, em falar com os responsáveis da Câmara. Chegam-nos diariamente casos de pessoas que andaram meses ou mesmo casos de alguns anos a tentar uma audiência que não conseguiram. Isto, digo, que nos traz uma dificuldade acrescida. Porque naturalmente desaguam agora essas situações todas dos cidadãos que legitimamente vêm ter connosco e procuram colocar os problemas e procuram encontrar uma solução para os dramas que vivem. E isto tem-nos levado como já aqui foi referido, que grande parte do nosso tempo que despendemos na Câmara até este momento, até este mês e meio, foi exactamente a atender os cidadãos que querem falar com a Câmara Municipal.

A terceira grande dificuldade prendeu-se com a elaboração das GOP's e do Orçamento. Como sabem nós tivemos constrangimentos temporais e financeiros quase inultrapassáveis de forma que o documento que iremos analisar e iremos dissecar isso mais à frente, não foi o documento que nós pretendíamos, quer em termos de elaboração, de metodologia de elaboração, quer em termos de conteúdo — aquele que nós pretendíamos.

A quarta dificuldade tem a ver com a enorme máquina centralizadora e dominadora que caracteriza a Câmara. A Câmara neste concelho é dona de quase tudo: é dona dos polidesportivos, é dona dos espaços verdes, dos espaços de lazer, é dona dos espaços culturais, é dona ainda de diversas sedes de junta, é dona de jardins, de escolas do 1.º ciclo, equipamentos autárquicos, equipamentos desportivos, recreativos e paralelamente, há na nossa perspectiva um centralismo decisório que é enorme e que é preocupante.

No essencial a Câmara passa grande parte do tempo a ir arranjar a rede, a ir desentupir a sanita, arranjar a porta, arranjar a persiana. É no fundo grande parte das tarefas que neste momento incumbem à Câmara e este é uma situação que nós pretendemos naquilo que sejamos capazes de vir a alterar radicalmente. Nesse sentido inclusive, já lançámos alguns desafios aos senhores Presidentes de Junta para nos ajudarem nesta tarefa.

Por último, que não em último, talvez em primeiro lugar até, a maior das dificuldades com que nós nos confrontámos na Câmara, neste mês e meio, e como é público, a situação financeira que a Câmara atravessa. Ainda temos aqui algumas situações preocupantes.

Quero-vos dizer que o momento que mais me marcou no ano de 2005, que está prestes a acabar e certamente que vivi momentos muito importantes este ano, o momento que mais me marcou foi no dia vinte e quatro de Outubro, numa das primeiras reuniões que tivemos com os Serviços da Câmara. A leitura que nós fazíamos em termos de gestão de fora era que sendo previsível que a Câmara pudesse ter uma dívida que poderia rondar os trinta milhões de contos — isto no antes, quando estávamos de fora. Aquela hasta pública que a Câmara promoveu dois ou três meses antes da eleições para alienação do património do Plano de Pormenor do Centro e do Plano de Pormenor do Mário Duarte, pelo valor de sete milhões de contos de alguma forma abria-nos perspectivas e alguma esperança por essa via, seria possível pegar na ponta da meada e procurar salvar a situação. Era essa a expectativa que nós tínhamos. Uma parte seria naturalmente para acudir às situações mais dramáticas que pudessem surgir e outra parte seria para reinvestir para conseguir mais-valias. O problema é que no dia vinte e quatro na primeira reunião de Serviços que nós tivemos, depois de muitas análises e reflexões, alguém nos Serviços apanhou um bocado mais de coragem e diz-nos: “há aí um problema: é que através da operação de “leaseback” que foi feita, já está hipotecada e a Câmara já recebeu os sete milhões de contos.” Portanto agora se a Câmara alienar esse património o que faz é entregar esse dinheiro ao banco e eventualmente se crescer alguma coisa, ficar com o que crescer.

Esta foi a primeira permitam-me a expressão, “machada” que nós levámos.

Depois têm havido algumas penhoras de bens que têm decorrido. Há também alguns contratos com cláusulas indemnizatórias que são altamente preocupantes e se calhar isto é o que ainda preocupa mais: é que há contratos em que a não concretização por parte da Câmara está a fazer accionar cláusulas indemnizatórias.

Há contratos de coisas simples, permutas simples, cujas cláusulas indemnizatórias já ultrapassam os cem mil contos. Há um de cem mil contos e outro de cento e setenta mil contos. Significa que cada dia que passa sem fazermos nada a situação financeira da Câmara agrava-se.

Todos os dias somos confrontados com situações em que as pessoas procuram que a Câmara lhe pague aquilo que lhe deve: são viagens ao Brasil e ao Japão, que há cinco anos que estão por pagar; são terrenos do Parque de Feiras e Exposições que estão por pagar; são compromissos assumidos muito grandes que estão por realizar — alguns deles que não sabemos qual é a situação. A título de exemplo o caso do Sport Clube do Beira-Mar que está num momento difícil e que naturalmente na reunião que teve connosco veio-nos pedir para a EMA pagar os cento e dez mil contos que têm em atraso; para pagarmos os noventa mil contos do protocolo que também estão em atraso; para pagarmos mais cem mil contos de

umas obras que estão em atraso: para fazermos a sede com urgência — que está assumido pela Câmara e para fazermos o pavilhão.

Senhora Presidente e Senhores Deputados,

Face ao exposto e a esta situação pareceu-nos importante, por respeito a quem cá esteve na Câmara, por respeito a quem está neste momento na Câmara, por respeito a quem virá a estar, a leitura que nós fazemos da situação não é uma situação que vai afectar apenas este mandato, irá dilatar-se para outros mandatos que vêm a seguir. Por respeito à própria Assembleia procurámos elaborar uma síntese da actual situação e transmitir como é nosso dever à Assembleia em primeira-mão, aquela que é a nossa análise, neste momento, da situação financeira da Câmara.

Neste sentido, encarregámos o nosso Vereador responsável pela área financeira, o Dr. Pedro Ferreira, para executar esse trabalho e pedimos-lhe que de uma forma sintética nos prestar uma informação dessa situação. No final dessa exposição estaremos ao dispor para prestar os esclarecimentos que formos capazes.”

Vereador Pedro Ferreira

“Uma das folhas que foi distribuída aos Senhores Deputados, diz respeito ao grau de execução orçamental, embora ela sirva só a título de referência para o Orçamento, mas fica já distribuída.

Em relação ao apuramento da dívida que nós estivemos a fazer neste mês e meio de trabalho, em que para além deste apuramento foi necessário também realizar o Orçamento e como é óbvio resolver os problemas do dia-a-dia da Câmara Municipal.

É uma situação que, e já me perguntaram anteriormente, se num mês e meio não se conseguiria apurar a dívida. A verdade é que as empresas de auditoria demoram mais tempo para empresas de menor dimensão. Portanto, nós fizemos o possível e o impossível para vos trazer esta informação hoje.

Em relação agora aos números em concreto, só para vos dizer então seguinte: em termos de empréstimos de médio e longo prazo da banca, nós temos quarenta e oito milhões e quarenta e quatro mil euros; em termos de fornecedores de imobilizado, leasings, os tais leaseback's, nós apurámos a quantia de trinta e cinco milhões duzentos e vinte e um mil novecentos e oitenta e dois euros.

Esta quantia está dividida em duas operações: uma com o banco BPI (o chamado leaseback), onde foram incluídos os lotes do Plano de Pormenor do Centro e do Mário do Duarte e outro com a Imoleasing ou Caixa Leasing (creio que era assim que se chamava) de doze milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil euros.

Em relação a acordos de pagamento concretizados, nós apurámos a verba de dezoito milhões duzentos e trinta e cinco novecentos e sete euros.

Se vocês repararem difere ligeiramente do que está na Comunicação do Presidente porque os Serviços e fui eu que pedi para eles incluírem o nome das entidades, mas falta aqui uma operação que eles não incluíam e portanto dá este diferencial.

Os acordos de pagamento foram feitos com as empresas, SUMA, ERSUC, Vítor Almeida e Filhos, Empreiteiros CASAIS, SUMA, Mota & Companhia (numa operação conjunta), com o INH – Instituto Nacional de Habitação com o qual deixou de se fazer o pagamento dos empréstimos de habitação social e com a ADSE.

Em relação então ao total de médio e longo prazo apurámos uma dívida de cento e um milhões quinhentos e noventa e dois mil quatrocentos e setenta e quatro euros.

Em relação à dívida de curto prazo nós temos aqui uma subdivisão entre os fornecedores (e eu já passo a explicar) estão os fornecedores e outros credores e acordos de pagamentos a concretizar que incluem o “factoring”.

Nestes fornecedores e outros credores, nós temos as chamadas contas correntes que totalizam seis milhões setecentos e noventa e dois mil e sessenta e dois euros.

Temos facturas em conferência trinta e um mil cento e trinta e dois euros.

Fornecedores de imobilizado, catorze milhões cento e sete mil quatrocentos e oitenta e dois euros.

E fornecedores e devedores gerais onde se incluem empresas como a SOMAGUE e outras, quinze milhões novecentos e vinte e nove mil duzentos e quarenta e seis euros.

A todas estas rubricas acrescem juros.

Portanto, em termos de fornecedores e outros credores nós temos um total de dezasseis milhões novecentos e vinte e dois mil quinhentos e sessenta e cinco euros, mais os acordos de pagamento a concretizar.

E aqui a concretizar estão: a operação de quinze milhões de factoring e a operação com a ACASA, com a REFER e com a RESOP. Esta rubrica totaliza dezasseis milhões, cento e vinte e oito mil, duzentos e sessenta e oito euros.

O total do curto prazo, então temos trinta e três milhões e cinquenta mil oitocentos e trinta e quatro euros. E temos de médio e longo prazo, cento e um milhões quinhentos e noventa e dois mil quatrocentos e setenta e quatro euros.

Este é o básico, se quisermos considerar, da Câmara.

Depois nós incluímos aqui as Empresas Municipais e os SMAS. As Empresas Municipais e discriminando por empresa nós temos que a MoveAveiro tem uma de quinhentos e quarenta e oito mil setecentos e sessenta e sete euros.

AveiroExpo quarenta e um mil novecentos e cinquenta e nove euros - e falo de dívida não falo de défice.

A TEMA (como é recente, tem uma dívida pequenina) oito mil seiscentos e trinta e oito euros.

Teatro Aveirense, seiscentos e sessenta mil quatrocentos e cinquenta e um euros (a maioria é à “Fluxograma” para pagar as cadeiras do Teatro Aveirense).

Aveiro Basket, cento e trinta e três mil trezentos e trinta e quatro euros.

Isto são valores a trinta do onze e portanto, há coisas aqui que nós já pagámos. Do Aveiro Basket já pagámos metade desta dívida.

A EMA tem um valor que não é estimado ao centavo, foi o que nos foi transmitido pela Administração que é cerca de quatro milhões de euros.

PDA não tem dívida ou as dívidas são diminutas.

Os Serviços Municipalizados são nove milhões novecentos e sete mil quinhentos e trinta e nove euros.

O que perfaz um total nas Empresas Municipais de quinze milhões trezentos mil seiscentos e noventa euros e sessenta e quatro cêntimos.

Agora, nós temos aqui uma rubrica que eu julgo que nós temos que ter isto presente; nós nesta rubrica pusemos “responsabilidades a considerar” por uma razão muito simples: isto é dívida, agora os valores é que podem ser ligeiramente diferentes e dependem da consideração e dos acordos que nós fizermos. Portanto são responsabilidades que são dívidas, mas que nós estamos a tentar negociar de modo a que seja menor a dívida.

Esta é de facto a dívida que está registada.

Temos a SIMRIA, seis milhões quatrocentos e setenta e três mil quatrocentos e vinte euros. Clubes, Associações e IPSS's até dois mil e cinco, um milhão vinte e um mil setecentos e setenta e oito euros.

Juntas de Freguesia, oitocentos e trinta e oito mil e oitenta e oito euros.

Juros de mora daqueles fornecedores, daquelas contas correntes que tínhamos visto atrás, seis milhões novecentos e trinta e três mil oitocentos e sessenta e sete euros.

Quanto a este valor eu devo referir o seguinte: os juros de mora não estão contabilizados na Câmara Municipal — estão em dois caixotes! Esta estimativa foi com base nos procedimentos que a Câmara tem ou que os serviços da Câmara tinham. Foi estimada calculando a taxa de mora a partir da data em que entraram as facturas (isto é um valor médio anual).

Nós temos ainda em relação à Companhia de Parques de Estacionamento (CPE) relativamente aqui ao parque em frente ao Tribunal, trezentos e noventa e cinco mil cento e noventa e sete euros. E temos um valor estimado e estimado do seguinte modo: estamos a falar de escrituras, acordos, permutas e outros (estes “outros” são os tais: continuação dos protocolos com os clubes, destas cláusulas indemnizatórias, de todos os processos que estão em Tribunal e que não havia quantificação de perdas). Nós estimámos isto em quinze milhões.

Nós chegámos a uma quantia mais ou menos próxima dos cento e vinte processos e calculámos, embora em alguns casos seja superior e noutros inferior, a média de perda de cento e vinte mil euros — dá os quinze milhões de euros.

Assim, neste valor das responsabilidades a considerar temos trinta milhões seiscentos e sessenta e dois mil duzentos e sessenta euros.

Recapitulando. Médio e Longo Prazo, cento e um milhões quinhentos e noventa e dois mil. Curto Prazo, trinta e três milhões e cinquenta mil.

Empresas municipais, quinze milhões e trezentos mil.

Responsabilidades a considerar, trinta milhões seiscentos e sessenta e dois mil.

Chegamos então a um total de cento e oitenta milhões seiscentos e seis mil euros.

Em relação a este valor, e eu sempre o referi em várias conversas que tenho tido, não seria tanto o montante da dívida que me preocupa, mas sim a capacidade que a Câmara tem de a pagar.

A verdade é esta: contas muito simples de fazer. A receita corrente por assim dizer, que são os impostos, a derrama e ainda a inclusão de algumas receitas de capital, nós tivemos em dois mil e quatro, quarenta e seis milhões de euros.

Em dois mil e cinco temos uma estimativa a quinze de Dezembro, de quarenta e dois milhões de euros.

Assim, nós pensamos que para o ano iremos conseguir um valor médio de quarenta e cinco milhões de euros em termos de receita.

Em relação à despesa nós temos: com Recursos Humanos treze milhões de euros; com Serviços (e estes serviços incluem a recolha de lixo, os telefones, os impostos que a Câmara paga) vinte e sete milhões de euros.

Chegamos à quantia de quarenta milhões de euros. Libertamos cinco milhões de euros para pagamento desta dívida.

E para terminar fazia só mais uma informação à Assembleia: se nós temos um valor de cento e oitenta milhões de euros e sessenta e um mil eleitores, nós temos uma dívida por eleitor de aproximadamente três mil de euros (seiscentos contos).”

Presidente da Mesa

“Estamos a vinte minutos da meia-noite, está feita a apresentação por parte do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores da Comunicação Escrita. Agora a Mesa pode fazer uma de duas coisas: ou abre as inscrições de imediato para passar ao debate sobre este ponto da ordem de trabalhos — e isto pressupõe que os trabalhos se prolonguem para além das vinte e quatro horas (e o plenário terá de se pronunciar sobre isso); ou não abre as inscrições, porque o efeito útil do debate se perderá uma vez que terá que ser interrompido dentro de vinte minutos, o que daria em termos regimentais para apenas duas

intervenções de dois senhores deputados se esgotassem o tempo máximo regimental que é previsto.”

Assim e nos termos regimentais, a Presidente da Mesa colocou à deliberação do Plenário a continuação dos trabalhos para além das vinte e quatro horas, sendo aprovado por unanimidade.

Continuando a Presidente da Mesa suspendeu os trabalhos por cinco minutos, nos termos regimentais.

Retomados os trabalhos usaram da palavra:

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa

“Na curtíssima reunião que tive com os senhores líderes dos grupos parlamentares, assumimos todos um compromisso de fazermos um esforço no sentido de termos as intervenções relativamente a este ponto concluídas à uma da manhã e dar um quarto de hora, à Câmara Municipal para finalizar ou prestar quaisquer esclarecimentos finais. Por isso vou passar agora, reiterando este pedido de esforço, à inscrição dos senhores deputados.”

Vogal Carlos Candal (PS)

“O Sr. Vereador Pedro Ferreira falou em “cláusulas penais accionadas judicialmente”. É evidente, como sabe, nos processos... o papel selado dantes aguentava tudo, mas hoje o papel costureiro ainda aguenta mais, portanto a pergunta é: são cláusulas penais já liquidadas e exigíveis ou são apenas cláusulas penais pedidas judicialmente? É só isso, porque faz a sua diferença. Sobretudo numa Câmara que tem tantos e distintos advogados como a Câmara de Aveiro.”

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira

“Senhor Deputado, eu não queria ser tão específico. Eu estava apenas a falar da parte financeira e como sabe nós normalmente em termos de empresas fazemos previsões de perdas potenciais em processos jurídicos. Se me expressei num termo mais técnico, que foge ao meu âmbito, peço desculpa. Eu só queria falar de cláusulas que existem em contrato, que o Senhor Presidente também referiu, que obrigam a Câmara a pagamentos mensais indemnizatórios enquanto não forem concluídos os processos.”

Membros da Assembleia

Vogal Raúl Martins (PS)

“Quería perguntar ao Sr. Vereador Pedro Ferreira, primeiro se a Câmara vai ou não mandar fazer a uma entidade externa credível uma auditoria às contas da Câmara? Primeiro aspecto porque me parece que esta análise é muito superficial. E quem já se enganou num pretenso Orçamento em mais de cem por cento também se pode enganar aqui em mais de cem por cento.”

Agora, há aqui alguns aspectos que eu gostaria que me esclarecesse: acha que é correcto juntar à dívida, no mesmo molho, os leaseback's imobiliários e os outros leasings? Segundo, acha que é correcto tecnicamente... está a dizer-me Senhor Vereador que esses trinta e cinco milhões são só leaseback?! Então eu reformulo a pergunta: acha correcto que no total da dívida se inclua o leaseback? Acha correcto que nas Empresas Municipais, para além da dívida dos SMA, se incluam outras dívidas de outras Empresas Municipais, particularmente algumas em que o capital social não pertence todo à Câmara Municipal de Aveiro?"

Vogal Joaquim Marques (PPD/PSD)

"Gostaria de perguntar ao orador que me antecedeu, se a intervenção inicial dele pressupunha ou estava por base, a formulação (pese embora camuflada) uma proposta a esta Câmara e à Assembleia, no sentido da realização de uma auditoria às Contas da Câmara Municipal?"

Vogal Raúl Martins (PS)

"Respondo-lhe com muito gosto. Não há nada de camuflado! Eu acho que deve ser o menos camuflado possível, o mais real possível, para nós todos sabermos onde estamos. Porque não é possível sabermos para onde vamos e qual o rumo a traçar sem saber onde estamos."

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

"Estes são os nossos números. Aqueles números que nós até hoje, até esta data, conseguimos apurar. Aceitamos naturalmente que eles possam ser colocados em causa e estamos inteiramente disponíveis para que decorra uma auditoria às Contas da Câmara.

Agora, como sempre o dissemos nos últimos três meses, essa auditoria muito embora nós tivéssemos já sentido a necessidade de a fazer, até por uma questão de rigor e de verdade e até para que se acabe de vez com a dívida se é muito se é pouco, se falam verdade se falam mentira. Apesar de termos sentido sempre essa necessidade, por respeito à palavra que demos há dois ou três meses, não avançamos sem colocar o assunto aqui à superior consideração e decisão desta Assembleia.

Se, conforme se constata aqui — e não sei se a constatação é correcta ou não, mas parece-me a mim que há aqui (não direi unanimidade) mas há um consenso muito forte no sentido de avançarmos com a auditoria. Nós teremos todo o gosto em a concretizar e dar prossecução a essa vontade que aqui está expressa pela Assembleia."

Vogal Santos Costa (CDS/PP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

"Eu acabo de apanhar efectivamente um choque.

Dos dados que ouvi aqui até comentei para o lado: não!? Não estão a falar da Câmara Municipal de Aveiro; devem estar a falar de outra Câmara. Porque na verdade, nós, a bancada do CDS, durante muito tempo e muitas vezes, levantou aqui ao então Presidente Sr. Dr. Alberto Souto, sempre e várias vezes, a mesma questão sobre a capacidade de endividamento da Câmara Municipal de Aveiro.

Foi-nos sempre dito e ainda há muito pouco tempo, que a capacidade de endividamento utilizada andava na ordem dos 20%!

Dei-me ao trabalho de ir buscar todos os processos de empréstimos, onde obrigatoriamente tinha que estar o mapa desenvolvimento ou da demonstração da capacidade de endividamento e vi que efectivamente, em dois mil e dois a capacidade era de 28% (o

utilizado) em dois mil e três era de 20%, a de dois mil quatro seria de 21%, a de dois mil e cinco 19% e por aí fora, nesse mapa.

Quando agora vejo uma Comunicação, da actual Câmara, a dizer que a capacidade de endividamento utilizada está em 86,21%?! Isto, Sr. Dr. Raúl Martins, Senhores Deputados, é mesmo um choque! Não é? De 20% passar para 86% na capacidade de endividamento é mesmo um choque.

Aquilo que efectivamente nós suspeitávamos parece ter acontecido.

Em Julho de dois mil e cinco, o Sr. Presidente de então, dizia que efectivamente a capacidade de endividamento era de 19%.

Eu não posso, depois disto, e depois de ouvir as preocupações do Dr. Raúl Martins e que penso que são pertinentes, porque penso que nós precisamos de uma vez por todas para saber a verdade sobre os factos, para não continuarmos aqui assim a sermos enganados ou a sermos mal intencionados — efectivamente não temos outro caminho senão seguir com a auditoria.

Agora só há uma coisa que eu realmente gostava: numa casa onde não há pão todos ralham e ninguém tem razão. Aqui, como a “bota não calha com a perdigota” eu gostaria de ter o cuidado de chamar a vossa atenção para uma coisa.

Disse o Sr. Dr. Raúl Martins, que uma auditoria são mais dez mil contos menos dez mil contos. Eu não sei, mas há gabinetes que podem levar mais. Em vez de dez mil, vinte mil ou trinta mil, não sei, não faço ideia nenhuma, mas a Câmara não tem dinheiro e se não tem dinheiro também não está impedida de pedir a auditoria conforme aqui foi assim sugerido pelo Dr. Raúl Martins. Porquê? Porque temos entidades que o fazem de borla e são isentas. Temos o Tribunal de Contas e temos o Ministério das Finanças.

Era isto que eu queria pedir: não se pode é perder mais tempo porque nós precisamos efectivamente de saber a verdade quanto a estes números.”

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Eu não começaria já pelos números porque de facto em primeiro lugar considero a parte mais importante (mas no fim lá irei), mas porque tinha preparado aqui uma série de questões e vou tentar ser o mais breve possível dado inclusive o adiantado da hora. Mas pela situação que prevêem e porque se incluem neste ponto de abordagem ao Senhor Presidente na sua Comunicação têm a ver com o município em si.

Um passa exactamente pelo túnel da Estação, outra tem a ver com questões ligeiras como a sinalização, a qual deveria ser alvo de uma maior atenção, inclusivamente com espelhos em determinadas ruas. Estou a lembrar-me aqui da Rua Manuel Firmino com a Travessa dos Ourives; semáforos que acendem desfasadamente na pista de ciclismo que passa no meio da Avenida e o debaixo, que é o que é visto pelo condutor, abre para as bicicletas quando está o vermelho aceso — e como não tem nenhum desenho de bicicleta as pessoas são induzidas em erro.

Outra que é muito importante e que deveria ter atenção já imediata porque de facto está a causar um transtorno diabólico a quem se aproxima da cidade de Aveiro e sai na saída Oliveirinha/S. Bernardo, nunca mais encontra nem a cidade, nem sequer qualquer outra informação seja de onde for, nunca mais encontra o rumo. Aparece ali na Moita em Oliveirinha uma coisa do género e já não sai mais dali. Portanto é uma situação que exigia de facto um tratamento imediato.

Outra questão tem a ver com o Centro de Saúde Esgueira, que era, mas parece que já não é!? O Centro de Saúde de Esgueira parece que deixou de ser porque não há verbas disponíveis em PIDDAC para que se faça o Centro de Saúde de Esgueira!

Entretanto, os taipais no recreio da escola de Esgueira continuam lá. Não é que as crianças não usem o espaço que está dentro dos taipais para brincar porque usam; só que usam com todo o lixo que lá existe e com o perigo de saltarem o próprio taipal (que é cortante) e que de facto neste momento não tem utilidade nenhuma, porque pelos vistos já não vai haver o dito Centro de Saúde de Esgueira. Com a agravante de uma situação que com certeza tem que ser o Executivo a tratar directamente com a Administração Regional de Saúde. Com a agravante do actual Centro de Saúde de Esgueira que está em edifício da Junta de Freguesia, no rés-do-chão do edifício da Junta de Freguesia de Esgueira não ter ao que sei - e gostava que me confirmassem isso. Tanto que havia a proposta de ir para lá um dentista e foi impedido de ir exactamente porque não havia água corrente!?. Eu gostava que me confirmassem esta situação, mas deram-me esta informação.

Por fim e agora relativamente à situação das Contas. Aquilo que se nos apresenta vai ser objecto de discussão no ponto relativamente ao Orçamento. Eu vou tentar não abordar essa situação, mas no entanto gostava de dizer que relativamente aos números que nos foram apresentados, foi aqui apresentada uma receita (salvo erro) de quarenta e dois milhões de euros (acho que não estou enganado) e que irá no final do ano, previsivelmente poderá ir até aos quarenta e cinco milhões de euros. Sim ou não? Mas no entanto nós temos um Orçamento de cento e cinquenta e um milhões de euros. Temos que pensar portanto como é que vamos buscar receitas para isto. Depois discutiremos isto mais adiante.

Por outro lado, os números que se nos apresentam - e eu digo isto, porque do mandato anterior, nos mandatos anteriores, várias vezes nos debruçamos sobre esta questão e as Contas eram das questões que pecavam por falta de alguma clareza. Desta vez, clareza elas têm — correcta ou incorrecta elas terão clareza; nós estaremos aqui para analisar da correcção ou incorrecção delas e teremos inclusivamente até segundo a proposta que já foi feita para a possibilidade de haver uma auditoria às Contas da Câmara. Esta clareza, este aspecto de apresentação das Contas que é extraordinariamente preocupante, tal como estão nesta altura, mas que terá que continuar em anos seguintes senão julgamos que será um ajuste de contas, não é mais nada.

A questão das preocupações que aqui estão levantadas é que são extraordinariamente elevadas e merecerão com certeza absoluta um tratamento mais detalhado, que passará com certeza até por uma análise externa às próprias Contas da autarquia.”

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Este montante de dívida infelizmente não é surpresa para nós. Mais milhão menos milhão eram números que nós tivemos oportunidade de anunciar ao longo do anterior mandato. Infelizmente, aqui temos agora trazidos pela Câmara os valores que consideramos que sejam os reais.

Ficamos contentes pelo facto de a Câmara ter aceite fazer esta auditoria por uma entidade privada. Parece-me que será essa a solução. Agora o que pedia era que essa entidade privada fosse reconhecida como idónea e isenta por todo o Executivo. Parece-me que esse assunto não deverá vir mais à Assembleia Municipal. Portanto, não deverá haver nenhuma deliberação da Assembleia Municipal, mas com certeza que terá que haver essa deliberação de Câmara. Pelo menos na deliberação de Câmara, da escolha da entidade que vai fazer essa auditoria, que seja feita por unanimidade — para que depois não possa levantar dúvidas que possa haver também por essa via alguns favores.”

(Saíram da sala os Vogais Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Maria Teresa Fidélis da Silva e António Ildebrando Nunes Costeira).

Presidente da Mesa

“Deu entrada na Mesa uma recomendação (subscrita pela bancada do PS) à Câmara Municipal de Aveiro, nos termos da alínea m), do n.º 1, do artigo 60.º do Regimento, que é do seguinte teor:

«Recomendação: No seguimento da apresentação dos valores da situação financeira da autarquia, pelo executivo, e conscientes da necessidade de esclarecimento perante os munícipes aveirenses, recomenda-se à Câmara Municipal de Aveiro que diligencie para obter uma auditoria às Contas do município, por uma empresa credível e devidamente credenciada para o efeito.»”

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Duas ou três questões prévias respondendo nomeadamente a algumas preocupações que o Sr. Santos Costa levantou.

Se querem a minha opinião estes números que aqui estão não me surpreendem muito.

Aliás, no ano passado, disse que a dívida se incluísse o leaseback andaria por cerca de trinta milhões de contos. Fui claro, todos vocês ouviram.

Porém nessa altura não se estava a contar com estes juros que aqui estão mencionados, que são cerca de três milhões de contos, nem com as dívidas das Empresas Municipais que no meu entender são das Empresas Municipais e não da CMA.

E não estamos a falar de capacidade de endividamento. Estamos a falar de “dívida” que é uma coisa completamente diferente. Dívida, défice e capacidade de endividamento, são coisas completamente distintas que convém não confundir.

Perguntarão: então porque é que não aceita os números que agora são apresentados? Se verificarem estes números já não são iguais aos que constam dos documentos que nos foram remetidos!? E portanto, o grande problema é que tenho aqui dois documentos: um que veio para podermos estudar, outro que foi entregue em cima da hora (parece que agora é costume) que apresenta valores diferentes. É óbvio (entendam), que isto não pode ser.

Eu sou da opinião que é preciso dar uma grande volta à presente situação. Aveiro tem de fazer um esforço muito grande para equilibrar no futuro as suas finanças, embora eu não seja tão optimista como o Sr. Vereador Dr. Pedro Ferreira, no montante de libertação de fundos para pagamento da dívida que apresentou.

Não estou a dizer que o Sr. Vereador está certo ou errado, estou a dizer que eu, pessoalmente não sou tão optimista quanto o senhor e o futuro dirá quem tem razão.

E por aqui me fico com um recado: Senhor Vereador Dr. Pedro Ferreira, o senhor é um jovem, promissor, mas o seu voluntarismo, às vezes, leva-o a cometer erros por precipitação. Não se precipite proteja-se. E uma das formas de protecção é dizer assim: vamos começar aqui o mandato, vamos fazer uma auditoria externa; primeiro vamos saber onde é que estamos. Porque sem sabermos onde é que estamos não poderemos saber qual é o rumo do local para onde é que queremos ir, nem as medidas que se devem tomar — por mais que nos deitemos a adivinhar!

Quanto à capacidade de endividamento. É óbvio que a capacidade de endividamento, no meu entender, será já no início do próximo ano zero ou próximo de zero.

Não se cometa o mesmo erro que cometeu o Sr. Dr. Pedro Ferreira, por quem sinto alguma amizade, que foi atropelado pelo POCAL! Porquê? Porque vem da privada e não sabia que o sistema era assim e que era preciso inscrever no Orçamento, para além daquilo que se pretende gastar para o ano seguinte, tudo aquilo que vem do passado e ainda não foi totalmente pago.

É por isso que eu digo, não se precipite. Tenha calma! E olhe que estou a ser seu amigo, muito mais amigo do que não dizer nada e deixar que o senhor se achesse em documentos

destes e amanhã estar-lhe aqui a passar a pedir satisfações pelas suas afirmações. Não faço isso, porque sei que Aveiro precisa de todos nós; do poder e da oposição.

Mas a minha intervenção, neste ponto da ordem de trabalhos, não era sobre estes aspectos. Era sobre uma parte deste documento que fala sobre a Cimeira do TGV e eu quero falar um pouco sobre a famosa cimeira do TGV.

E o que eu queria dizer a todos os aveirenses era o seguinte:

Todos os aveirenses, que digo eu, todos os portugueses, defendem a execução tão breve quanto possível, de um projecto de alta velocidade ferroviária que possa minorar o atraso de Portugal em matéria de modernidade de meios de comunicação e de competitividade de transportes no espaço comunitário.

Todos sabemos que, dados os actuais desenvolvimentos comunitários, se tal projecto não for, rapidamente, posto em prática se pode perder esta oportunidade única para desenvolver a inovação, a tecnologia e a coesão social e territorial do nosso país.

Aliás, há bem pouco tempo foi publicado um mapa que demonstra as distorções que a rede europeia de TGV pode provocar em termos de tempo de acesso no espaço europeu. Dadas as consequências que a sua análise acarreta sabemos que não podemos perder esta, se calhar a última oportunidade.

Sabemos, também, que, este investimento não se pode comparar, em termos repercuti-vos com outros que, recentemente, foram efectuados e, portanto, não me atirem à cara que é pelo simples facto de eu defender que o Estado deve, em épocas como a actual de profunda crise, tentar relançar a economia através do lançamento de investimentos públicos, que eu defendo a execução desse fundamental investimento.

É certo que, cada um de nós, defende as suas prioridades no desenvolvimento do projecto. Como português e aveirense eu tenho as minhas próprias e discutíveis prioridades, embora ache importante que todas as ligações previstas sejam feitas e o mais rapidamente possível. Sem querer fazer valer a minha opinião, mas incapaz de passar sobre este assunto sem dar o meu contributo, há 2 ligações que eu julgo fundamentais: a ligação à Europa via Salamanca e a ligação Porto Lisboa.

Sem me deter numa análise aprofundada sobre este assunto, que daria pano para mangas, sempre direi que a ligação que se iniciará em Aveiro e atinge o centro da Europa é a única que garante a nossa independência do poder centrípeto de Madrid. É totalmente diferente de uma ligação Lisboa Madrid fazendo-se a ligação à Europa a partir daí.

Já a ligação Porto Lisboa antevejo-a, a uma geração de distância, como o “metropolitano de superfície” da única grande área metropolitana portuguesa com escala para poder competir ao nível comunitário e mundial. A grande área metropolitana Porto/Lisboa que ficará interligada por um meio de transporte através do qual será possível atingir os seus centros de decisão em menos tempo do que o hoje alguém que vive em Sacavém ou Mem-Martins consegue chegar ao centro de Lisboa.

É um assunto interessantíssimo, diria mesmo o mais nobre assunto actual e, sobre ele, deveríamos reflectir, sendo certo que não devemos protelar mais a decisão e os aveirenses devem estar na primeira linha da defesa da “sua ligação à Europa” agregando todas as sinergias e criando os lobbies necessários para que essa ligação, relegada para as calendas por inércia de um governo que deixou que fossem os madrilenos a riscar o mapa das ligações peninsulares, seja o mais rapidamente possível construída.

Foi por isso que há alguns de anos atrás, quando presidia ao Porto de Aveiro, parti com os meus colegas da Administração, para Espanha tentando negociar consensos com Salamanca, onde protocolámos com o seu alcaide e outras forças vivas o projecto do seu “porto seco”, mas também com Valladolid, Burgos e Vitória explorando interesses e sentimentos comuns, no sentido de ser construída essa importante infra-estrutura, que permitirá também a circulação de mercadorias, e fizesse com que o Porto de Aveiro, então só no papel, possa vir

a desempenhar o papel de importante porta atlântica da Europa que o futuro lhe reserva. Soube pelos jornais que a Câmara de Aveiro fez uma dita cimeira luso-espanhola para reflectir sobre o TGV e o novo aeroporto da Ota. Desde logo, o não ter convidado quem, no meu entender, realmente sabe sobre este assunto politizando a questão e excluindo intervenientes de outros quadrantes políticos, e não ter convidado, pelo menos, os eleitos locais, imediatamente demonstrou que nessa cimeira se não queria debater o TGV e fortalecer um lobie que pugne pela construção da linha que nos há-de ligar à Europa. O que se queria é, num círculo fechado, bater neste governo e neste ministro como se eles tivessem culpas nos factos que levaram à imposição (que no meu entender ainda pode ser reversível) das prioridades de construção dos traçados.

Que fique claro que não fui convidado a estar presente e como eu nenhum dos deputados municipais do meu partido. E, certamente, também muitas pessoas que gostariam de ter estado presentes e que certamente encheriam o pavilhão dos congressos. Por isso a cimeira foi tão pouco participada. E ainda bem pois assim poucos ficaram a ter conhecimento do sectarismo e do provincianismo desta iniciativa. Foi uma má experiência. Mas todos os aveirenses perderam, quanto mais não seja a oportunidade de aprenderem e debaterem um assunto que é fundamental ao desenvolvimento do seu país e da sua região. Oxalá, no futuro, esta forma de estar, não se repita.”

Vogal Arsélio Martins (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Há problemas com o teor das comunicações. Eu nunca sei se é verdade o que combinamos na reunião de líderes, porque chego aqui e vejo toda a gente a falar de todos os assuntos e frequentemente uns a dizer que está ou que não está, e coisas que obviamente ou estão ou não estão. Chega-se à conclusão que passa ser um problema de opinião ou de dita opinião e é um bocado estranho que isso aconteça porque nós somos pessoas mais ou menos espertas neste negócio — escusava de ser tão dramático.

Há dois problemas que eu queria referir e que não têm nada haver com isto. É um problema de dignidade do debate público e da forma como se trabalha no município.

A primeira questão, eu queria dizer duas coisas com as quais concordo; uma delas é ter havido a iniciativa na Comunicação do Presidente da Câmara de fazer mais reuniões abertas ao público. Não sei se isso vai dar resultado ou não, mas sei que há nisso alguma bondade. É possível, não se sabe bem o resultado, mas sabe-se que há uma bondade intrínseca a essa medida. A outra questão da Comunicação, é que houve a iniciativa de reunir com os Presidentes de Junta, e quer se queira quer não, sabe-se, vai-se sabendo, que alguns aspectos foram participados, portanto, alguma delegação de competências, alguns aspectos foram participados.

Nós sabemos, até sabemos, na fraqueza, na fragilidade dos objectivos, sabemos até quanto é que foi, quais foram as competências delegadas e quanto é que foi para lá mandado para cada junta de freguesia. Primeira questão: vale a pena dizer que independentemente dos resultados globais que isto vai ter, apelando a que isto seja aprofundado, isto é um facto positivo.

A segunda questão é o TGV de facto. Está na Comunicação Escrita do Presidente da Câmara e portanto pode ser discutida livremente — e devia ser discutida, aliás, mais do que tem sido. Devia ser discutida e não devia até ser só neste âmbito, deve ser uma coisa muito discutida e não é muito discutida. Aliás devia ser discutido tudo o que dissesse respeito a plataformas logísticas de interligação com a Europa, para sabermos exactamente o que é que está a acontecer. Para sabermos o que é que se passa com Saragoça (que tem acordos com o Porto de Sines já); para sabermos o que é que se passa com a Guarda (que tem uma plataforma logística); para sabermos o que se passa com Salamanca. Valia a pena discutir de facto,

valia a pena discutir não só do ponto de vista da luta contra Madrid, mas valia a pena discutirmos para sabermos exactamente qual é modelo de desenvolvimento e qual é o modelo que nos leva a ligar-nos à Europa.

É bom que tenha tomado a iniciativa — é mau que ela tenha sido restrita. É bom que ela tenha sido discutida internacionalmente. É mau que não se tenha levado todas as possibilidades de discussão até onde era possível levar.

E então agora vamos à desgraça que nos interessa.

A minha opinião sobre estas questões, é que eu tenho muita dificuldade em perceber o que é que se está a passar. Dificuldades de um cidadão normal!? Eu sou um bocado pouco inteligente para estas questões das contas e, portanto, tenho alguma dificuldade nisto e quero falar disso; falar disso à minha maneira. Desculpar-me-ão eu ser professor de matemática e não ter percebido algumas operações que umas vezes são de charme e outra vez são de outra coisa qualquer, mas raramente são de aritmética — e raramente parecem operações sérias.

Vamos então tratar do que se passa neste negócio:

Não é bom, e isto sim eu venho dizer, não é bom para a democracia, não é bom para nenhum de nós, quer do Executivo camarário, quer da oposição, quer de quem lá esteve antes quer de quem lá vai estar depois, não é bom que tenha em Aveiro passado a ideia, a imagem, de que não há ninguém que fale verdade. Que nenhuma conta é certa, que ninguém sabe exactamente qual é a situação e de que todos mentimos. Porque quer queiram quer não eu agora sou deputado municipal, mal saia daqui, se eu não puder explicar devidamente o que é que se passa sou tão mentiroso como outra pessoa qualquer.

Portanto, estou num mundo cão! Toda a gente pode dizer: mas sabe explicar isso? Qual é a verdade? Esteve lá? Percebeu? Sabe qual é a verdade? Quem é que fala verdade?

Vamos ser claros. A actual situação não é boa para ninguém e particularmente não é boa para nós. Não é boa porque dá muito má imagem de todos os políticos, dá muito má imagem de nós todos, dá má imagem dos anteriores executivos, dá má imagem do actual; porque claramente envenenou tudo. Isto está tudo contaminado!? Vamos assentar. Se é verdade que há unanimidade, consenso, vamos assentar e é preciso num dado momento chegarmos a acordo sobre isso, para podermos com as mãos mais ou menos limpas (porque entretanto deixámo-las sujar com um orne de insinuações, etc., todos uns atrás dos outros) deixar que as pessoas percebam o que é que se passa e deixar que as pessoas olhem para nós com um ar de quem quer resolver os problemas do município.

Eu pessoalmente quero só defender uma coisa simples. Não vou discutir os números. Aliás, sou como o Regala, preciso de ter tempo até para os ver. Sei até que eles vão ser discutidos mais tarde noutras circunstâncias, mas eu devo dizer que isto é extremamente preocupante. Ou me cheira só a operações financeiras sem valor acrescentado e portanto, não há trabalho incorporado, não há nada, é só truques de dinheiro, são operações tira para aqui, tira para acolá, e não há de facto um valor de uso nisto, não há valor acrescentado e é uma forma típica do capital financeiro andar em movimento, só sem ter nada por dentro, sem representar nada, coisa nenhuma. Ou é isso e isso em si mesmo era mau, ou é claramente então enganos sobre enganos.

Na minha opinião, eu sou adepto, votarei favoravelmente, que se façam auditorias sérias, que reúnam o consenso das partes envolvidas e, portanto, aceitarei porque não percebo nada disso, eu aceitarei os resultados finais sem levantar grandes problemas, para podermos a partir daí fazermos o nosso trabalho. Porque trata-se do nosso trabalho. Aconteça o que acontecer nós vamos aprovar ou desaprovar Opções do Orçamento, Opções do Plano, vamos aprovar isso tudo — e vamos ser claros, eu vou votar contra se calhar. Mas quem é que sabe se eu sou o tipo que vota contra ou se eu sou o tipo que vota a favor? Porque vai ser aprovado e eu quero que isto saia lá para fora com o mínimo de dignidade, para nós

podermos viver de cabeça mais ou menos levantada, para sabermos exactamente o que é que se passa.

Nesta minha altura, neste meu tempo de estar por aqui na Assembleia Municipal, o que eu precisava era que não me fossem entregues novidades todos os dias. Eu recebi papéis todos os dias! Papéis com folhas de cálculo. Uma boa parte nem explica, nem sei o que é que querem dizer; são folhas de cálculo. Isto é aritmética da básica. Eu devo dizer que a matemática é toda básica — a matemática que está aqui é toda básica. Mas o que esconde são políticas e, portanto, as políticas precisam de ter esclarecimentos. Não há nenhuma hipótese de eu poder trabalhar com folhas de cálculo. Quem é que pensa que se trabalha com folhas de cálculo em política? Não há essa possibilidade!

Eu quero acreditar que ninguém está a tentar mentir ou a tentar mascarar ou a tornar totalmente opaco, aquilo que deve ser claro para os cidadãos de Aveiro e, portanto, para mim também.

Era só para tornar a insistir na proposta do Pires da Rosa, de que se tente arranjar fortemente um instrumento que nos permita partir para alguma coisa de sério (e pelo menos, claro), dar visibilidade àquilo que tem sido tão escuro.”

Vogal Orlando Terra Sêca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Senhora Presidente, senhores deputados:

Quero aproveitar este período de antes da Ordem do Dia para tecer 2 ou 3 considerações de interesse municipal.

Geralmente na vida, por tática psicológica ou não, costumamos ralhar o que está mal no princípio, e para o fim, suavizamos o discurso afim de amenizarmos as situações criadas.

Há métodos e métodos e há também quem diga o que pensa sem se preocupar muito com a ordem de o fazer, gerindo-se apenas e só, pela razão que o assiste, manifestando-se assim e por isso livremente.

Depois deste minúsculo intróito e para não roubar muito tempo a esta Assembleia, entro directamente nas considerações que quero fazer.

Em primeiro lugar e acidentalmente vou começar pelas coisas boas.

Começo por cumprimentar a Câmara pela atitude meritória que teve em pôr à disposição dos munícipes no seu site as Grandes Opções do Plano e Orçamento.

Confesso que ainda não o consultei, mas acredito que lá esteja e isso é uma atitude que merece o meu aplauso.

Felicito-a por isso, na pessoa do senhor Presidente da Câmara.

A segunda consideração que quero fazer é sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento numa maneira subjacente à Ordem do Dia.

Vamos estar aqui todos com a responsabilidade de discutir, aprovar ou chumbar, pelo menos teoricamente, o documento político porventura mais importante que existe na gestão autárquica.

Todos nós sabemos que existe uma interligação muito importante para a vida autárquica entre os Vereadores da Câmara, quer sejam da oposição ou não e cada um dos elementos dos seus grupos parlamentares que formam esta Assembleia.

É lógico que assim seja. Como é lógico que na oposição ou no poder os Vereadores, tal e qual os vogais nesta Assembleia, tenham atempadamente conhecimento dos documentos. Ou seja, tenham conhecimento daquilo que vão discutir, para depois disso, conscientemente, votar ou chumbar o que julgam ser ou não os interesses dos Aveirenses.

É isso que é exigido por Lei, logo exigido pelos munícipes.

É baseado neste pressuposto que eu pergunto Senhora Presidente, como é que esta Câmara de maioria PSD/CDS, ou CDS/PSD, (já que sabemos que um e outro se reclama de ter sido o

principal vencedor das últimas eleições) quer o apoio ou o aval dos Vereadores e porventura dos Vogais Socialistas, quando se permite sonegar no tempo, os documentos em discussão de tanta responsabilidade que mereciam um estudo atempado e preocupado e que não teve por parte da Vereação Socialista, porque a Câmara não os quis fornecer em tempo, como era devido e obrigada por Lei, numa total desconsideração pela Lei (e desconsideração política em minha opinião), ilegal, aos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista?

Como é que conscientemente posso votar um Orçamento que numa semana é de 50 milhões de Euros e na semana seguinte sem se saber porque carga de água passa a ser de 151 milhões?

É certo que pedi satisfações e esclarecimentos como era meu dever aos Vereadores Socialistas. Eles não me souberam responder, como a outras questões que não vou estar aqui a enumerar.

Sinto-me numa situação muito confrangedora, confesso. Eu sei que o Senhor Presidente anda ocupado com um barco excessivamente grande e complexo que lhe caiu nas mãos, mas isso não é motivo para tanto desnorтеio por parte dos seus pares.

Uma outra consideração que não posso deixar passar em branco refere-se à ausência do Senhor Presidente da Câmara nesta reunião extraordinária, sublinho “extraordinária” da Câmara Municipal, em que foi aprovado as Grandes Opções do Plano e Orçamento pelo CDS e pelo PSD.

O documento como atrás disse, é aquele porventura de maior responsabilidade e peso político da vida autárquica.

Admito que o Senhor Presidente da Câmara, enquanto independente, nada tenha a ver com esta coligação, sempre complicada como são todas as coligações, mas quer ele queira quer não, perante os Aveirenses é ele o fiel da balança, é o Presidente que democraticamente foi eleito e a última palavra é dele. E ele, na reunião, na votação, no lugar próprio, não a deu fisicamente não a deu, acho que ninguém tem dúvidas sobre isso. Por isso o senhor Presidente da Câmara não votou este Orçamento.

Como é que eu perante isto, cheio de dúvidas por tudo, e ainda por tudo o que se passou com os Vereadores do meu Partido, posso votar favoravelmente? Esta dúvida atormenta-me, sinto-me mesmo embaraçado.

Há ainda outro pormenor que quero deixar expresso.

O Senhor Presidente da Câmara é o legítimo representante de todos os Aveirenses. Tem por isso muitas obrigações. Elas são extensivas mesmo àquelas que são protocolares goste-se ou não disso. Eu pessoalmente detesto-os, mas eu não sou Presidente da Câmara.

Por isso não entendo, não posso compreender que tenha faltado à tomada de posse da nova Reitoria da Universidade de Aveiro, considerando e sabendo todos nós que a Universidade de Aveiro é estrategicamente um pólo e parceiro importantíssimo para a autarquia aveirense. Quero por isso também aqui expressar a minha preocupação e desilusão pelo sucedido.

Para terminar e finalizando mesmo, lamento que a Câmara vá ficar sem mais um Vereador competentíssimo, embora lembre o que atrás disse, reportando-me ao mau tratamento politicamente incorrecto que lhes tem sido dado ou que pelo menos lhes deu na reunião de Câmara em que estive em discussão o documento que nos trouxe aqui.

O Senhor Dr. Pedro Silva, vai deixar, em Janeiro creio, a C.M.A. para liderar a Rota da Luz; outro pólo importantíssimo da nossa Região que devemos acarinhar e estimular.

Julgo que a maioria de todos nós conhece bem o Dr. Pedro Silva.

Estou certo que vai continuar a servir Aveiro e a sua Região, com aquele desvelo, entusiasmo, criatividade e inteligência que põe em tudo o que faz e a que já habituou todos aqueles que conhecem o seu trabalho a sua personalidade, o seu carácter e a sua maneira de trabalhar.

Para ele as maiores felicidades e os maiores sucessos que sei irá ter, e que, serão também de todos nós Aveirenses.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP)

E

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Prescindo da intervenção na sua globalidade, mas aproveito para referenciar que entrou na Mesa uma proposta (que quando entender lerá), de constituição de uma comissão de acompanhamento a uma auditoria que se venha eventualmente a realizar. Que, até no seguimento das doudas palavras do Dr. Jorge Nascimento, penso que fará todo o sentido. E da parte do Partido Socialista não haverá o levantamento de qualquer tipo de dívida independentemente da entidade, desde que seja, como a própria recomendação assim o diz, uma das entidades credenciadas e certificadas. Que, aliás, segundo a dica aqui do meu colega de bancada Raúl Martins, há uma lista inclusive aprovada pelo Estado, das empresas regularmente credenciadas para o efeito. Portanto, queria só fazer esta nota e fico a aguardar.”

Presidente da Mesa

“Todos os Deputados inscritos fizeram as suas intervenções, alguns que ultrapassaram o seu tempo de dez minutos regimentais, há outros que têm ainda tempo a utilizar.

Eu pergunto se o plenário dá como acabado este debate?

Dando por terminadas as intervenções dos senhores deputados, passo a palavra e dou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para finalizar este ponto e depois passarei a ler as propostas que foram entregues na Mesa.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Peço desculpa Senhora Presidente, não percebi se depois haverá possibilidade, porque o debate é feito com vários interlocutores das bancadas propriamente ditas e também o Executivo. E portanto, haverá (e tem sido sempre assim), nomeadamente, guardamos este tempo para depois podermos replicar a intervenção do Senhor Presidente a algumas respostas ou considerações que foram feitas.”

Presidente da Mesa

“Eu perguntei há pouco se algum dos senhores deputados dava por findo o debate. Eu só passarei a dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, quando o debate estiver findo. Porque é o Senhor Presidente da Câmara que encerra este debate. Se não concordam digam-me.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“É o do debate entre os interlocutores de qualquer debate, ou seja, nos termos do artigo 24.º do regimento, é referido que “após a utilização por todos os inscritos no período referido no numero 1”, portanto no período da ordem do dia em apreciação, “se a discussão não tiver terminado, haverá um segundo período de intervenções, até trinta minutos”.

Ora bem, se o Presidente da Câmara entender falar agora, seguramente será um dos inscritos no debate...”

Presidente da Mesa

“Senhor Deputado, cada um dos membros da Assembleia tem regimentalmente dez minutos para a sua intervenção; se não esgotar esses dez minutos tem o direito, numa segunda intervenção, de voltar a usar a palavra, mas quem encerra é o Senhor Presidente da Câmara.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“Permita-me então e porque ainda tenho nove minutos do meu tempo, muito brevemente e sobre isto e para ajudar à discussão, o que me parece a mim muito sinceramente é que esta interpretação que também considero que também é um pouco extensiva do que diz efectivamente o regimento no número quatro e permitiria que não se usassem de expedientes como efectivamente esta bancada vai usar — de pedidos de esclarecimentos, depois da resposta do Senhor Presidente da Câmara; e basicamente o tempo gasto por esta câmara será basicamente o mesmo. Pouparíamos ao menos esta coisa de termos que estar a evocar o regimento. Era uma sugestão minha, poderá eventualmente ser acatada pela Mesa ou não.”

Presidente da Mesa

“Senhor Deputado, eu tenho toda a condescendência e toda a flexibilidade. Aliás, a Mesa tem usado nesta sessão de toda a flexibilidade e condescendência. Agora, não é muito digno que se lance mão a expedientes para, enfim, defraudar o que está previsto.

O que está previsto no Regimento é exactamente o que a Mesa está a praticar. E eu volto a perguntar para que não hajam dúvidas, se algum dos Senhores Deputados, que acabei de indicar que ainda tinham tempo para usar da palavra, querem usar da palavra ou dão como findo este debate?

Não há manifestação nenhuma por isso dou por findo este debate. E dou a palavra para finalizar o ponto, antes da leitura da proposta que foram presentes à Mesa, ao Senhor Presidente da Câmara.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:

“A bancada do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Aveiro protesta, porquanto o entendimento que a Mesa está a dar ao Regimento, que embora seja aceitável do ponto de vista jurídico é um atendimento que não permite o outro entendimento que foi praticado durante trinta anos nesta casa, e que era mais democrática. Nessa perspectiva, e o PS que sempre respeitou enquanto esteve no poder, também entende que deve ser respeitado enquanto está na oposição.

Por isso, ficamos triste, embora reconheçamos alguma legitimidade ao entendimento por parte da Mesa, mas não podíamos deixar passar esta situação sem lavrar este protesto perante a Mesa.”

Presidente da Mesa

“Senhores Deputados, para que não haja qualquer equívoco, nem qualquer manipulação da posição da Mesa relativamente a esta questão, e sobretudo para esclarecimento dos órgãos de comunicação social que são o veículo de transmissão daquilo que deve ser o rigor e a verdade dos procedimentos nesta Assembleia Municipal, eu passo a ler o n.º 4 do artigo 24.º do Regimento: «após a utilização por todos os inscritos, no período referido no n.º 1, se a discussão não tiver terminado, haverá um segundo período de intervenções, até 30 minutos, que será proporcional distribuído pelos intervenientes, até ao máximo de 5 minutos cada.»

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara

“Apesar da pertinência habitual das questões aqui suscitadas, eu ia pedir autorização, pelo adiantado da hora, e até por respeito às pessoas todas, vou ser ainda mais sucinto. E no essencial, pedir desculpa em relação à falha que foi cometida no âmbito da Cimeira do TGV. Evidentemente isto não foi protocolado, não foi nenhuma intenção premeditada de não convidarmos este ou não convidarmos aquele. Foi uma falha. Aconteceu e esperemos no futuro vir a corrigir essa falha e penitenciamo-nos dela.

Em relação à questão essencial e permitam-me que me cinja agora ao essencial, porque já só faltam trinta minutos para as duas da manhã; no fundo para registar a abertura, a elevação e a responsabilidade que hoje aqui encontramos. E estamos convencidos que a Assembleia ao decidir avançar para a auditoria deu um contributo importante para apurarmos a verdade.

E quando todos contribuímos, como foi o caso de hoje, para esclarecer a verdade, eu penso que estamos todos de parabéns e penso que no essencial cumprimos aquele que é o nosso dever. Penso que vamos sair daqui hoje mais leves. Diria até mais amigos, porque a verdade é a meta que nós pretendemos atingir.”

De seguida a Presidente da Mesa, leu as propostas de recomendação à Câmara Municipal que deram entrada na Mesa nos termos regimentais (alínea m, do n.º 1, do artigo 60.º), que são do seguinte teor:

Proposta de Recomendação apresentada pela bancada do PS

«No seguimento da apresentação dos valores da situação financeira da autarquia, pelo executivo, e conscientes da necessidade de esclarecimento perante os munícipes aveirenses, - recomenda-se à Câmara Municipal de Aveiro, que diligencie para obter uma auditoria às Contas do município, por uma empresa credível e devidamente credenciada para o efeito».

Proposta de Recomendação apresentada pela bancada do PSD

«Face à Comunicação Escrita do Presidente da Câmara, no tocante à situação financeira do município, o grupo do PSD propõe que a Assembleia delibere a realização de uma auditoria por uma entidade externa, isenta e reconhecida como idónea, a fim de averiguar qual a real situação financeira da Câmara Municipal de Aveiro. Mais propõe que esta deliberação a exemplo da unanimidade manifestada nesta Assembleia Municipal, o faça por unanimidade essencialmente na escolha da entidade inquiridora.»

Proposta de Recomendação apresentada pela bancada do CDS/PP

«Atenta a intervenção do Senhor Vereador do Pelouro das Finanças, Dr. Pedro Ferreira, reveladora aliás da grave situação financeira em que este município se encontra mergulhado, A bancada parlamentar do CDS/PP, vem por este meio recomendar ao actual executivo camarário presidido pelo Dr. Élio Maia, a realização urgente de uma auditoria externa à situação financeira da Câmara Municipal de Aveiro, bem como o apuramento da capacidade de endividamento utilizada nos exercícios de 2003, 2004, 2005 e 2006.»

Ainda neste seguimento, a Presidente da Mesa leu a proposta apresentada pela bancada do PS, nos termos da alínea f), do artigo 60.º do Regimento da Assembleia Municipal de Aveiro, do seguinte teor:

«PROPOSTA

1. A Assembleia Municipal de Aveiro, delibera constituir uma comissão de acompanhamento aos trabalhos da auditoria a realizar às contas do município.
2. Esta comissão deverá ser constituída, por até dois membros de cada grupo municipal.»

Presidente da Mesa

“Se me permitem começava por esta última proposta dizendo o seguinte: esta proposta é extemporânea enquanto não houver uma deliberação da Câmara Municipal no sentido da realização de uma auditoria. Por isso a Mesa convida os deputados proponentes a retirarem esta proposta e a apresentá-la em seu devido tempo.

Nós estamos a propor, segundo todas estas propostas e segundo as propostas inclusivamente verbalizadas pelos grupos municipais — é no sentido de recomendar à Câmara a realização de uma auditoria. Por isso estas três propostas ou se fundem numa só ou são individualmente postas a votação.

Como a Câmara terá que deliberar a realização de auditoria ou não, esta proposta de constituição da comissão de acompanhamento da auditoria que ainda não está deliberada realizar é extemporânea. A Mesa podia pura e simplesmente recusá-la; não quer fazer isso. A Mesa convida os proponentes a retirarem a proposta.”

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

“Os proponentes, ouvidas as palavras da Mesa entendem o seguinte: que a proposta é condicional e parece-me a mim, não tenho presente o texto, mas parece-me que é feita condicionalmente. Portanto não tem problema nenhum esta Assembleia deliberar a constituição da comissão e quando houver a deliberação da Câmara (e estou seguro, até pela própria palavra do Senhor Presidente) estamos a poupar tempo, deliberando já sobre isso. Até porque pode suceder o caso da dita constituição da comissão ser eventualmente recusada e portanto consequentemente será sem efeito.

Mas parece-me a mim que deve a mesma ser submetida à votação a título condicional.”

De imediato a Presidente da Mesa, apresentou uma proposta do seguinte teor: que os grupos municipais aceitem fundir numa só, as três propostas de recomendação à Câmara Municipal apresentadas. Colocada à votação foi a mesma rejeitada.

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)

Vogal Raúl Martins (PS)

Vogal Santos Costa (CDS/PP)

De seguida, a Presidente da Mesa, colocou à votação a Proposta de Recomendação apresentada pela bancada do PS, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

Continuando, a Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta de Recomendação apresentada pela bancada do PSD, sendo a mesma aprovada por unanimidade.

A terminar, a Presidente da Mesa colocou à votação a Proposta de Recomendação apresentada pela bancada do CDS/PP, sendo a mesma aprovada por maioria.

Presidente da Mesa

“Quanto à proposta de constituição de uma comissão, a Mesa entende que uma vez que os proponentes não retiram a proposta depois do convite feito pela Mesa para retirarem a proposta, a Mesa não pode aceitar a proposta e recusa-a por ser extemporânea e inclusivamente ir contra a representatividade prevista no Regimento para a constituição das comissões de acompanhamento.”

Não se verificando mais intervenções, a Presidente da Mesa deu por encerrada a primeira reunião desta Sessão Ordinária de Dezembro, informando que a próxima reunião será no dia 30 de Dezembro (6.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 01:45 horas do dia 27 de Dezembro de 2005.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:45)